



## HIGIENIZAÇÃO E TRATAMENTO DOS PROCESSOS CÍVEIS DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO (1961-1963)

Cinthian Aparecida Baia IC-Fecilcam/Fundação Araucária, Geografia, Fecilcam,

[cinthianbaia@hotmail.com](mailto:cinthianbaia@hotmail.com)

Fábio André Hahn (OR), Fecilcam, [fanhahn@hotmail.com](mailto:fanhahn@hotmail.com)

Frank Antonio Mezzomo (CO-OR), Fecilcam, [frankmezzomo@gmail.com](mailto:frankmezzomo@gmail.com)

### 1. Introdução

A preservação da memória e do patrimônio histórico no Brasil passou a ser uma preocupação manifestada em maior medida a partir da década de 1930.<sup>1</sup> Nos anos de 1970, surgiram vários centros de documentação, externando essa preocupação com a preservação das fontes da história local e regional, desenvolvendo ações que pudessem fornecer possibilidades de acesso documental para os mais diversos níveis de pesquisa como: iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado, tendo em vista que a principal dificuldade para a realização das pesquisas históricas se encontravam no acesso da documentação.

Na esteira dessas preocupações, a Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM e o fórum da Comarca desta mesma cidade estabeleceram em 2004 um convênio cujo compromisso implicou na guarda e conservação pela instituição dos autos da vara cível entre os anos de 1961 e 1976<sup>2</sup> Com isso, depois de algumas avaliações em conjunto, surgiram às iniciativas de dar destino adequado a essa documentação, que se encontrava em local inadequado e sem nenhuma conservação, fato que levaria em consequência a uma total deterioração.

Dessa forma, surgiram algumas iniciativas, entre elas a proposição de projetos de pesquisa de iniciação científica. Nesse sentido, o primeiro passo foi a constituição do grupo de pesquisa *Cultura e Relações de Poder*<sup>3</sup>, cuja uma das linhas de pesquisa é *Estudos e*

---

<sup>1</sup> Em 13 de janeiro de 1937, pela Lei Nº 378, no governo Getúlio Vargas, foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Nos anos anteriores a discussão passou por Gustavo Capanema, Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade até tomar forma em 1937. O Instituto procura desenvolver ações no campo da preservação, conservação, documentação, fiscalização e difusão.

<sup>2</sup> A Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná deferiu o compromisso à FECILCAM a guarda e conservação dos processos da vara civil. A autorização se processou nos autos sob nº 002/2002 de Eliminação de Autos.

<sup>3</sup> O grupo de pesquisa *Cultura e Relações de Poder*, registrado no diretório do CNPq desde abril de 2008, nasce da constatação de uma necessidade de produção historiográfica referente às pesquisas regionais. O grupo tem como objetivo estudar e organizar a documentação no âmbito regional, contemplando a integração e valorização do conhecimento para compreensão das relações culturais, sociais e de poder ainda pouco estudadas. O grupo comporta duas linhas de pesquisas, sendo “*Religião, sociedade e cultura*” e “*Estudos e organização de acervos documentais*” na qual está



*organização de acervos documentais*, a fim de permitir uma maior convergência dos objetivos propostos e permitir aos alunos uma maior vivência e trocas de experiências de pesquisa.

Constituído o grupo de pesquisa mencionado acima, o segundo passo foi estimular o debate e ações acerca da preservação da documentação, encaminhando no ano de 2008, quatro projetos de Iniciação Científica<sup>4</sup> junto ao Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar (NUPEM) da FECILCAM. No mesmo ano foram encaminhados outros três projetos de Iniciação Científica Júnior<sup>5</sup>, todos financiados com bolsas da Fundação Araucária.

Os projetos supracitados embora tenham duração de doze meses, conforme Edital 103/2007 e Edital 001/2008 do (NUPEM), portanto, com duração limitada. Entretanto, são possibilidades de novas ações no fomento à pesquisa, garantido a constituição de um acervo documental que será ponto de convergência de muitas pesquisas a médio e longo prazo realizadas sobre a região de Campo Mourão.

A proposta desta pesquisa está em dar continuidade aos estudos anteriormente desenvolvidos, entretanto isso somente foi possível em virtude da definição de um espaço físico adequado para o tratamento dos processos cíveis, assim como aquisições de materiais necessários para a realização das atividades como: máscaras, luvas, óculos, jalecos, caixas de arquivo, entre outros<sup>6</sup>. Essas foram conquistas desse e dos projetos anteriores. Para além da definição de um local adequado para a realização dos projetos, foi estabelecido um convênio com o Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa (NDP) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Toledo, com objetivo de fornecer orientação técnica aos alunos por meio de cursos intensivos. Essa atividade foi fundamental na preparação para o trabalho com os processos da Comarca de Campo Mourão.

---

vinculado este projeto, tem como objetivo discutir questões teóricas e metodológicas voltadas a organização de arquivos, seguindo procedimentos de higienização, tratamento, arranjo e descrição documental.

<sup>4</sup> Trata-se dos projetos “*Preservação Documental: Tratamento dos processos Cíveis da Comarca de Campo Mourão (1961-1963)*” e “*Ordenação, Higienização e Tratamento dos Autos da Vara Civil da Comarca de Campo Mourão (1963-1965)*” orientados pelo professor Fábio André Hahn. “*Organização, Catalogação e Descrição dos Autos da Vara Civil da Comarca de Campo Mourão (1961 – 1963)*” e “*Levantamento e Catalogação de Fontes Históricas – Processos Cíveis da Comarca do Município de Campo Moura (1963 – 1965)*” orientados pelo professor Frank Antonio Mezzomo.

<sup>5</sup> Os projetos são: “*Higienização dos Autos Vara Cíveis da Comarca de Campo Mourão (1961-1962)*” de Dayana Kelly Barreto dos Santos e “*Higienização dos Autos Vara Cíveis da Comarca de Campo Mourão (1962-1963)*” de Gislaire Maria Vaz de Oliveira orientados pelo professor Fábio André Hahn. “*Organização e Catalogação dos Autos da vara civil Comarca de Campo Mourão (1961 -1963)*” de Bruna Flora Martins dos Santos, sob orientação do professor Frank Antonio Mezzomo.

<sup>6</sup> Equipamentos de proteção individual indispensável para realização dos projetos de higienização de documentos.



Além dessas atividades, também foram realizadas durante o período de vigência do projeto seminários de pesquisa do grupo *Cultura e Relações de Poder*. As discussões em grupo demonstraram a necessidade de maiores reflexões a respeito da importância da consciência de preservação documental entre alunos de graduação da FECILCAM. Discussões essas necessárias para superar a noção de patrimônio nos aspectos consagrados por uma “historiografia oficial”, centrada em episódios bélicos, figuras paradigmáticas e recortes cronológicos, permitindo, portanto novas possibilidades interpretativas.

Com percepção da necessidade da preservação dos documentos, o presente trabalho apresenta as atividades desenvolvidas durante o período de pesquisa, como forma de manter viva uma parcela da memória e do patrimônio histórico de Campo Mourão. Na sequência serão esclarecidos os procedimentos utilizados para essa preservação documental bem como os resultados obtidos.

## **2. Materiais e Métodos**

A conservação de documentos em suporte de papel tem nos preocupado devido a sua fácil deterioração e pela precariedade com que são arquivados. Embora com toda a tecnologia atual, o papel ainda representa a maior parte das informações contidas em bibliotecas e arquivos. Portanto, o papel necessita de cuidados especiais para que possa ser preservado, assegurando a integridade das informações nele contidas, permitindo escrever e reescrever a história local e regional.

Dessa forma, este item tem como objetivo destacar informações necessárias para a higienização, conservação e preservação de documentos, possibilitando entender como funciona o processo de recuperação e tratamento dos documentos. Inicialmente faz-se necessário compreender os processos de higienização, preservação e conservação de acervos documentais.

A higienização de acordo com Heloísa Liberalli Bellotto e Ana Maria de Almeida Camargo (1996, p.42), “corresponde, basicamente, à retirada da poeira e outros resíduos estranhos aos documentos, por meio de técnicas apropriadas, com vista à sua preservação”.

Conforme Norma Cianflone Cassares (2000, p.31), “o processo de limpeza de acervos de bibliotecas e arquivos se restringe à limpeza de superfície e, portanto, é mecânica, feita a seco”. A técnica é aplicada com o objetivo de reduzir poeira, partículas

sólidas, incrustações, resíduos de excrementos de insetos ou outros depósitos na superfície do documento.

A conservação consiste em métodos técnico-científicos capazes de desacelerar o processo de deterioração instalado em suportes de informação. Já a preservação consiste no ato de manter os testemunhos das manifestações culturais e ambientais que possibilitam a uma sociedade reconhecer a sua identidade, valorizando-a e estabelecendo referências para a construção de seu futuro.

Nesta perspectiva, será enfatizado neste item o processo de higienização, esclarecendo dúvidas simples e demonstrando, passo a passo, todas as etapas de limpeza simplificada, podendo ser realizadas por pessoas com pouco tempo de preparação técnicas, desde que conscientes dos cuidados e precauções que um acervo requer.

A poeira é um agente de deterioração comprometedor ao material bibliográfico. Durante a higienização esta poeira, bem como outros objetos danosos, devem ser retirados através de técnicas apropriadas, em intervalos regulares.

Neste sentido, a higienização é uma etapa indispensável no processo de preservação documental, tendo visto que a higiene das peças favorece um manuseio de maior qualidade para quem lida com esses documentos. Contudo, também é de extrema importância manter limpas paredes, pisos, entre outros, e assim possibilitando a ausência de fatores físicos que contribuem para a eliminação deteriorização documental.

O procedimento de higienização adotado neste trabalho é o método desenvolvido por Marina Mayumi Yamashita e Fátima Aparecida Colombo Paletta. Primeiramente foi realizada uma ordenação primária, etapa que permitiu ter uma noção geral dos processos, além de proporcionar uma organização cronológica e temática, a fim de higienizar os processos. Na sequência, iniciou-se o processo de higienização, nesta etapa o aluno é devidamente protegido com luvas, máscaras, jalecos e óculos – equipamentos de proteção individual indispensável nessa atividade. Foram utilizadas espátulas para a remoção dos grampos e pincéis para remoção da poeira folha a folha e frente e verso da mesma. Logo após a higienização dos processos, os mesmos foram guardados em caixas arquivo específicas, possibilitando a realização de um outro trabalho que é a organização secundária, catalogação e descrição dos autos.

### **3. Resultados e Discussão**

O crescente interesse pelos estudos da memória entre os historiadores decorre da inspiração da historiografia francesa, especialmente da história das mentalidades que se



propagou no século XX, atualmente rotulada de Nova História. Para Peter Burke (1992), a Nova História se originou associada à Escola de Annales e que, além de lutar por uma história total, opõe-se totalmente ao paradigma tradicional da historiografia. Segundo Burke (1992), a Nova História diferencia-se da história política tradicional em vários pontos, destacando que, no paradigma tradicional a história interessava-se quase exclusivamente pela narração dos grandes fatos (guerras, revoluções), pelas camadas superiores da sociedade e por suas elites (os reis, os estadistas, os grandes revolucionários). A Nova História, ao contrário, interessava-se, como dito anteriormente, com uma história total, preocupando-se em analisar os sujeitos históricos, a grande massa popular iletrada da sociedade que era excluída do seu papel histórico. Nesse sentido, o objetivo aqui é analisar alguns conceitos que foram fundamentais para a realização dessa pesquisa, resultantes dessa mudança historiográfica como: memória e patrimônio histórico.

O primeiro quartel do século XX representou o momento de mudança nas interpretações históricas. Como declara Lucien Febvre, esse foi o momento de *“derrubar as velhas paredes antiquadas, os amontoados babilônicos de preconceitos, rotinas, erros de concepção e de compreensão”*. (FEBVRE, *apud* LE GOFF, 2005, p. 38). Nesse cenário, os estudos da memória foram valorizados. De acordo com Ulpiano Bezerra Meneses, a memória *“é como mecanismo de registro, retenção, depósito de informações, conhecimento experiências [...] cuja produção e acabamento se realizaram no passado e que cumpre transportar para o presente”* (MENESES, 1992, p. 10). Mas é preciso deixar claro que a memória não se resume a um pacote de informações, previsto e acabado, mas sim, refere-se a um processo permanente de construção e reconstrução que se dá no presente e com o intuito de responder questões suscitadas no passado.

Jacques Le Goff afirma que o conceito de memória é crucial no sentido em que:

Como propriedade de conservar certas informações, a memória remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (1994, p. 423).

Para Michael Pollak (1989), as memórias marginalizadas abriram novas possibilidades no terreno fértil da História, principalmente da História Oral. Não se trata de historicizar memórias que já deixaram de existir, e sim, trazer à superfície memórias *“que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível”* e que *“aflorem em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados”* (POLLAK, 1989, p. 3-15).



A emergência do estudo das construções da memória vem ocasionando choques explicativos sobre a história das comunidades, pois confronta a construções de memórias ditas oficiais com as memórias dos que por muito tempo eram excluídos como sujeitos sociais. Este embate que se trava pela incorporação destas memórias marginalizadas, é um embate pela afirmação, sobretudo, de uma identidade que, por pertencer a uma minoria, encontra-se marginalizada.<sup>7</sup> Portanto, a memória deve ser entendida como uma construção social necessária para a formação de nossa identidade individual e coletiva.<sup>8</sup>

Quanto ao conceito de patrimônio histórico, a historiografia ainda sofre na tentativa de definição dessa discussão. A noção de patrimônio histórico é uma das múltiplas dimensões da cultura como imagens de um passado vivo, ou seja, acontecimentos e coisas que merecem ser preservadas porque são coletivamente significativas em sua diversidade.<sup>9</sup> No entanto essa ainda é uma realidade distante. Quando se fala em patrimônio histórico, pensa-se quase sempre em uma imagem congelada do passado, museus cheios de objetos que ali estão para provar que há uma herança coletiva, cuja função social parece suspeita. Portanto, essas atitudes mostram o quanto à preservação do patrimônio histórico é dissociado de seu verdadeiro significado e o quanto esta longe de expressar as experiências sociais.

Frente ao que foi exposto sobre os conceitos de memória e patrimônio histórico, existe por parte de alguns uma inversão dos sentidos em nossa sociedade, levando os indivíduos a uma alienação por tudo que representa modernidade. Nesse caso estão os que sustentam o pouco significado que tem o passado e seu registro diante daquilo que constitui o moderno. Com isso, a história torna-se adjetivo de antigo. Por outro lado, aponta uma atitude de gostar do que parece ser antigo. Neste sentido, o antigo parece estar não apenas no sentido de perda, mas um modelo para entendermos as mudanças do nosso presente. Portanto, o critério de preservação de documentos, objetos e monumentos, constituem uma forma de lembrança de algo que não existe mais, mas que ainda nos pode ensinar muito.

Para Maria Clemente Pereira Cunha,<sup>10</sup> o Brasil é um país preocupado em ser moderno, em função pela qual, partidos políticos, empresários, executivos, entre outros,

<sup>7</sup> POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

<sup>8</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 34, 1992, p. 22.

<sup>9</sup> PAOLI, Maria Célia. *Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado*. In. Secretaria Municipal de Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. *O Direito a Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo/DPH, 1992, p. 25.

<sup>10</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Patrimônio Histórico e Cidadania: Uma Discussão Necessária*. In. Secretaria Municipal de Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. *O Direito a Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo/DPH, 1992, p. 9.



reivindicam a bandeira da modernidade como se aí residisse a chave do futuro. Segundo a autora supracitada, a palavra moderno esta impregnada de sentidos duvidosos e em um país obcecado pelo moderno, a vida dos profissionais que exercem suas atividades na área de preservação do patrimônio histórico não tem sido muito fácil. Isso pode ser explicado pelo fato de que falta empenho em sucessivos e diferentes governos em fazer deste trabalho algo como uma continuação improfícua da burocracia estatal.

Com isso, a sacralização da história do Estado, como se fosse à história de todos se mantêm intacta, prolongando a incapacidade das pessoas perceberem a situação de manipulação ideológica. Apesar dos esforços de muitos profissionais e especialistas, poucas vezes o tema de patrimônio histórico conseguiu se impor no Brasil, como pauta de debates ou preocupações políticas.<sup>11</sup> Muitos entendem ainda a ação do patrimônio histórico como uma atividade meramente acadêmica, que tem pouco a contribuir com a gestão da cidade ou com as lutas pela democracia e pelos direitos a plena cidadania. Entretanto, nosso papel é contribuir para mudança dessa realidade.

Com intuito de disseminar a importância da preservação da memória e do patrimônio histórico de Campo Mourão, teve início o trabalho de definição de um local adequado para o tratamento dos processos, entendendo que na prática ainda não existe a consolidação de um centro de documentação e um espaço público para preservação da memória e do patrimônio histórico em Campo Mourão. A partir do momento que se definiu um local adequado para o tratamento dos documentos, deu-se início ao primeiro passo deste trabalho, que foi uma formação técnica e teórica para o manejo adequado desses processos no *Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa* (NDP) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), no mês de abril de 2008.

Tendo um local adequado para a elaboração deste projeto e a realização da capacitação para o manejo, foi possível seguir para a etapa de ordenação primária, fase já concluída. Essa primeira etapa permitiu ter uma noção geral dos processos, além de proporcionar uma organização cronológica e temática, a fim de higienizar os processos.

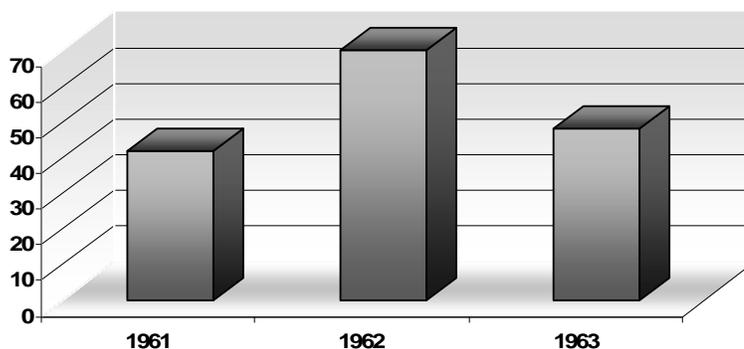
A segunda etapa é a higienização da documentação, que corresponde à retirada da poeira e outros resíduos estranhos aos documentos, por meio de técnicas apropriadas, com vista à sua preservação. Assim, os processos referentes ao período de 1961 a 1963, totalizando uma quantia de 162 processos, sendo 42 do ano de 1961, 72 processos de 1962 e 48 do ano de 1963 (conforme gráfico 01), foram devidamente higienizados nos primeiros seis meses de pesquisa. Sendo assim, foi necessário ampliar a meta de higienização dos processos a serem realizados até o término da pesquisa, estipulando como meta higienizar

---

<sup>11</sup> Idem, p. 10.

os processos referentes ao período de 1973 a 1976. Entretanto, a nova meta não conseguiu ser concluída a tempo, sendo higienizados apenas os processos referentes ao ano de 1973, totalizando uma quantia de 553 processos. Percebe-se então, que a higienização é um processo indispensável para a conservação documental, tendo em vista que a higiene dos processos permitirá uma maior vida ao documento, matéria-prima para entender a nossa história.

**Gráfico 01: Processos Cíveis da Comarca de Campo Mourão  
1961 a 1963**



**Fonte:** Dados coletados pela pesquisa em 2009.

**Organização:** BAIA, Cinthian Aparecida, 2009.

Passada a etapa da higienização, foi realizado o trabalho de tratamento primário dos processos. Esse tratamento consta do arquivamento em caixas específicas de arquivo, possibilitando uma organização inicial para o trabalho das etapas seguintes, que é a organização secundária, catalogação e descrição dos autos, etapas que não constam entre os objetivos desse projeto.<sup>12</sup> Também foram realizadas durante a pesquisa várias discussões de bibliografias sobre memória, história, patrimônio histórico, entre outros temas com os membros do grupo de pesquisa *Cultura e Relações de Poder*. Estas discussões permitiram reflexões e maior entendimento sobre os conceitos de memória e patrimônio histórico.

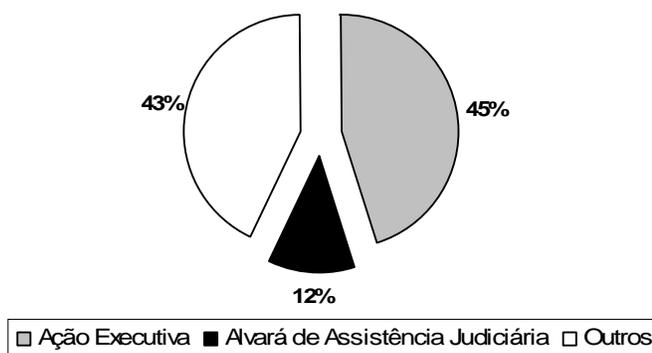
Nesta perspectiva, com o trabalho de higienização e catalogação dos processos cíveis da Comarca de Campo Mourão, foi possível identificar dados quanto à tipologia de processos com maiores incidências encontrados no período de 1961 a 1963. No entanto,

<sup>12</sup> Essa etapa foi desenvolvida pelos projetos “*Organização, Catalogação e Descrição dos Autos da Vara Civil da Comarca de Campo Mourão (1961-1963)*” e “*Organização, Catalogação e Descrição dos Autos da Vara Civil da Comarca de Campo Mourão (1963-1965)*” orientado pelo professor Frank Antonio Mezzomo.

cabe alertar que as informações que segue abaixo são apenas referências em termos percentuais dos processos higienizados, não sendo objetivo dessa pesquisa a análise desses dados.

Conforme o gráfico 02, no ano de 1961, 45% dos processos foram referentes à ação executiva, 43% correspondentes a alvará de assistência judiciária e 12% relacionados a outros processos. Neste último, foram encontrados processos referentes à ação de vistoria, ação de reintegração de posse, ação reivindicatória, alvará de licença, dentre outros. Sobre ação executiva, na qual houve maior incidência de processos em 1961, pode ser definida como aquela pela qual o credor notifica o devedor a pagar a importância da dívida, procedendo-se, na falta de pagamento a penhora imediata de bens suficientes a pagar o mesmo.<sup>13</sup> O alvará de assistência judiciária, em segundo lugar no percentual, refere-se em que o requerente prova não ter condições de contratar advogado particular.

**Gráfico 02: Percentual dos Processos Cíveis da Comarca de Campo Mourão - 1961**



**Fonte:** Dados coletados pela pesquisa em 2009.

**Organização:** BAIA, Cinthian Aparecida, 2009.

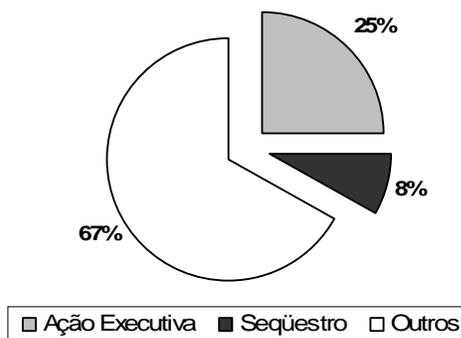
De acordo com o gráfico 03, no ano de 1962 também houve predominância de processos referentes à ação executiva, totalizando um percentual de 25%. Em segundo lugar, com 8%, são os processos correspondentes a sequestros. O sequestro pode ser definido como medida judicial preparatória ou preventiva que consiste na apreensão de bens pessoais indicados por crime, de que resulte prejuízo ou delito. Também consiste na retenção ilegal de uma pessoa em lugar não destinado a prisão pública.<sup>14</sup> Os 67% restantes são referentes a mais de vinte processos diferentes, totalizando cada processo em média de 2% a 3% do percentual total.

<sup>13</sup> NUNES, Pedro dos Reis. *Dicionário de Tecnologia Jurídica*. 8. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974, p. 57.

<sup>14</sup> NUNES, Pedro dos Reis. *Dicionário de Tecnologia Jurídica*. 8. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974, p. 1115.



**Gráfico 03: Percentual dos Processos Cíveis da Comarca de Campo Mourão - 1962**

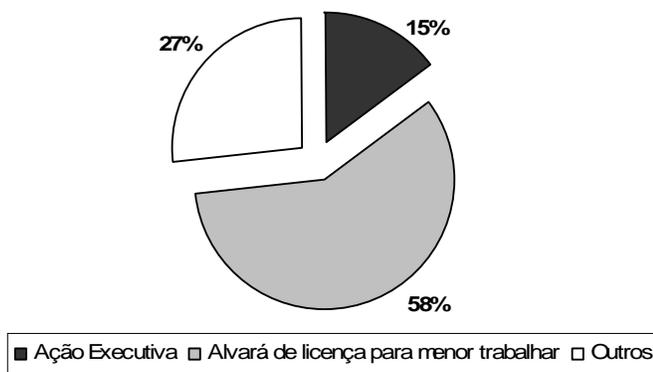


**Fonte:** Dados coletados pela pesquisa em 2009.

**Organização:** BAIA, Cinthian Aparecida, 2009.

Conforme o gráfico 04 percebe-se que a situação se inverte em comparação ao gráfico 02 e 03, uma vez que, a predominância nesses dois últimos foi de processos referentes à ação executiva. Constatou-se então, no gráfico 04 a predominância de alvará de licença para menor trabalhar, totalizando um percentual de 58%. Neste caso, o alvará pode ser definido como providência especial pela qual o juiz ordena, autoriza e aprova certo ato, estado ou direito.<sup>15</sup> Já a ação executiva totalizou um percentual de 15% e outros processos 27%. Este último percentual refere-se aos processos de ação executiva hipotecária, ação de execução de penhor, pedido de licença, notificação, dentre outros.

**Gráfico 04: Percentual dos Processos Cíveis da Comarca de Campo Mourão - 1963**



<sup>15</sup> NUNES, Pedro dos Reis. *Dicionário de Tecnologia Jurídica*. 8. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974, p. 112.



**Fonte:** Dados coletados pela pesquisa em 2009.

**Organização:** BAIA, Cinthian Aparecida, 2009.

#### 4. Conclusões

O desenvolvimento contínuo desse projeto foi de fundamental importância para a preservação dos documentos, bem como para o desdobramento de novas pesquisas e a construção de novos conhecimentos voltados à preservação e divulgação da memória regional. Essa pesquisa revelou, de certo modo, os jogos de poder e experiências sociais que moldaram vidas em determinados momentos da história da região de Campo Mourão.

A importância da preservação do patrimônio histórico e a consequente disponibilização ao acesso dos processos acima descritos, irão permitir a realização de novas pesquisas e viabilizar a proposta futura de um centro de documentação em nossa instituição.

Em suma, é possível concluir que o treinamento técnico no tratamento documental, a organização, a higienização, os debates de textos referentes a memória e ao patrimônio histórico foram atividades que contribuíram para a formação na pesquisa. De modo que, alguns resultados pudessem ser divulgados no decorrer da vigência desse projeto, fruto do amadurecimento e compreensão dos principais elementos constitutivos do trabalho do pesquisador.

#### 5. Referências

BELLOTTO, H. L.; CAMARGO, A. M. A. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação de Arquivistas Brasileiros, 1996.

BURKE, Peter, (Org). **A Escrita da história – novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

CASSARES, N. C.; MOI, C. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2000.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Patrimônio Histórico e Cidadania: Uma Discussão Necessária**. In. Secretaria Municipal de Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. O Direito a Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo/DPH, 1992.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1994.



MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A História, cativa da memória?** Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 34, 1992.

NUNES, Pedro dos Reis. **Dicionário de Tecnologia Jurídica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.

PAOLI, Maria Célia. **Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado**. In. Secretaria Municipal de Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. O Direito a Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo/DPH, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

TESSITORE, Viviane. **Como Implantar Centros de Documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

YAMASHIA, Marina Mayumi & PALETTA, Fátima Aparecida Colombo. **Preservação do patrimônio documental e bibliográfico com ênfase na higienização de livros e documentos textuais**. In: [www.arquivística.net](http://www.arquivística.net), Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 177, ago.dez. 2006. Acesso em 26 de Dezembro de 2008.